



EDUCAÇÃO ESCOLAR, TERRITÓRIO E CULTURA QUILOMBOLA: EXPERIÊNCIAS, PESQUISAS E VIVÊNCIAS

Roberto de Souza Santos¹

Resumo: Este artigo é resultado de trabalhos, das atividades pedagógicas, debates teórico-metodológicos, dos módulos ministrados e da execução pela equipe pedagógica e coordenadora do curso *Educação Escolar Quilombola - O Uso Pedagógico dos Recursos de Tecnologia Assistiva – território e cultura quilombola* durante os anos de 2014 e 2015. O curso é resultado de um projeto de extensão executado em parceria com a Universidade Federal do Tocantins (Campus de Porto Nacional) e Pró-Reitora de Extensão com o Ministério da Educação e Cultura com um total de 200 horas. Desenvolvido em dois polos, um na Comunidade Quilombola Malhadinha - Brejinho de Nazare-TO e outro em Ipueiras-TO com o objetivo de formar lideranças e membro das comunidades quilombolas no Tocantins. O objetivo do curso foi trabalhar a Educação Escolar Quilombola com foco no território, história e cultura das comunidades.

Palavras-chave: educação quilombola; território; cultura quilombola.

SCHOOL EDUCATION, MAROON TERRITORY AND CULTURE: EXPERIENCES AND RESEARCH

Abstract: This article is the result of work, pedagogical activities, theoretical and methodological debates, the taught modules and of the execution by the pedagogical and coordinator team of the course *Maroon School Education - The Pedagogical Use of Assistive Technology Resources - maroon territory and culture* during the years 2014 and 2015. The course is the result of an extension project carried out in partnership with the Federal University of Tocantins (Campus of Porto Nacional) and Pro-Rector of Extension with the Ministry of Education and Culture with a total of 200 hours. Developed in two poles, one in the Maroon Community Malhadinha - Brejinho de Nazare-TO and the other in Ipueiras-TO in order to form leaders and members of the maroon communities in Tocantins. The aim of the course was to work with Maroon School Education focusing on the territory, history and culture of the communities.

Keywords: maroon education; territory; maroon culture

L'ÉDUCATION SCOLAIRE, TERRITOIRE ET CULTURE MARRONNE: EXPERIENCES ET RECHERCHES

Résumé: Cet article est le résultat de travaux, des activités pédagogiques, débats théoriques et méthodologiques, des modules enseignés et l'exécution par l'équipe d'enseignant et

¹ Possui graduação e m Geografia pela Universidade Federal de Mato Grosso – Campus de Rondonópolis (1993), mestrado em Planejamento Urbano pela Universidade de Brasília (1999) e doutorado em Geografia pelo Instituto de Biociências, UNESP, Rio Claro, SP (2006). Concluiu o curso de doutorado em 16 de maio de 2006. É Pós-doutor pelo Instituto de Estudos Socioambientais – IESA – Programa de Pós-graduação do curso de Geografia da Universidade Federal de Goiás – Goiânia (2013). É integrante do Núcleo de Estudos Urbanos e Agrários – NURBA da UFT. Atua como docente no Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFT na linha de pesquisa: “Estudos Geoterritoriais”. Possui experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Regional, atuando principalmente nos seguintes temas: produção do espaço geográfico, educação e espaço geográfico, meio ambiente, sociedade-natureza, urbanização; correntes do pensamento geográfico. É professor Adjunto IV, professor do Mestrado em Geografia e no curso de graduação em Geografia da UFT – Campus Porto Nacional – TO.



coordinatrice du cours *Educação Escolar Quilombola - O Uso Pedagógico dos Recursos de Tecnologia Assistiva – território e cultura quilombola* au cours de la années 2014 et 2015. Le cours est le résultat d'un projet d'extension réalisée en partenariat avec l'Université Fédérale de Tocantins (Campus de Porto Nacional) et Pro-Recteur de l'extension avec le Ministère de l'éducation et de la culture avec un total de 200 heures. Développé en deux pôles, l'un dans la Communauté Marronne Malhadinha - Brejinho de Nazare – TO et l'autre dans Ipueiras-TO avec l'objectif de former leaderships et d'un membre des communautés marronnes en Tocantins. L'objectif du cours était de travailler l'Éducation Scolaire Marronne avec foyer sur le territoire, l'histoire et la culture des communautés.

Mots-clés: l'éducation marronne; territoire; culture marronne.

EDUCACIÓN ESCOLAR, TERRITORIO Y CULTURA QUILOMBOLA: EXPERIÊNCIAS, PESQUISAS Y VIVENCIAS

Resumen: Este artículo es resultado de trabajos, de las actividades pedagógicas, debates teórico-metodológicos, de los módulos ministrados y de la ejecución por el grupo pedagógico y la coordinadora del curso Educación Escolar Quilombola- *El Uso Pedagógico de los Recursos de Tecnología Asistiva- territorio y cultura quilombola* durante los años de 2014 y 2015. El curso es resultado de un proyecto de extensión ejecutado en unión con la Universidad Federal del Tocantins (Campus de Porto Nacional) y Pró- Reitoria de Extensión con el Ministerio de la Educación y Cultura con un total de 200 horas. Desarrollado en dos polos, un en una comunidad Quilombola Malhadinha- Brejinho de Nazare-TO y otro en Ipueiras- TO con su objetivo de formar liderazgos y miembros de las comunidades quilombolas en Tocantins. El objetivo del curso fue trabajar la Educación Escolar Quilombola con blanco en el territorio, historia y cultura de las comunidades.

Palabras-clave: educación quilombola; territorio; cultura quilombola.

PROBLEMATIZANDO A NOÇÃO DE COMUNIDADE E TERRITÓRIO QUILOMBOLA

Para fundamentar teoricamente a noção de comunidades quilombolas, é necessário discorrer alguns parágrafos. Podemos começar pelo significado da palavra quilombola. No Brasil começa pela definição de uma identidade quilombola a um grupo de negros africanos inseridos em uma sociedade de classes contraditória dentro do sistema capitalista agrário de *fuga-resistência*, ou seja, constituem formações sociais no interior do sistema capitalista agrário.

Há outras denominações com diversas origens e tradições históricas destes grupos sociais identificados como *remanescentes de quilombo* conhecidas como “terras de preto” ou “território negro” na condição de *coletividades camponesa*, definida pelo compartilhamento de um território e de uma identidade. Como identidade social e étnica constitui uma formação social desde a antiguidade da ocupação de suas terras. Este



corpo social tem suas práticas de resistência na manutenção e reprodução de seus modos de vida característicos num determinado lugar, que podemos chama-lo de território.

A noção da palavra quilombo tem sua origem do mundo africano. Segundo Andrade *et ali* (2010), a palavra “quilombo” tem origem nos termos "kilombo" (kimbundo) ou "ochilombo" (umbundo), presente também em outras línguas faladas ainda hoje por diversos povos bantos² que habitam a região de Angola, na África. Originalmente, a palavra designava, apenas, um lugar de pouso utilizado por populações nômades ou em deslocamento. Com o tempo, passou a designar também as paragens e acampamentos das caravanas que faziam o comércio de cera, escravo e outros itens cobiçados pelos colonizadores.

Para os referidos autores, foi no Brasil que o termo "quilombo" ganhou o sentido de comunidades autônomas de escravos fugitivos. O quilombo é um conceito próprio dos africanos bantus que vem sendo modificado através dos séculos. Para Lopes (1987) *apud* Andrade *et ali* (2010), a palavra significa acampamento guerreiro na floresta, sendo entendido, ainda, em Angola como divisão administrativa. O quilombo se origina na tradição mbunda (Angola) através de organizações clânicas e suas linhagens e chegam ao Brasil com portugueses.

Para Santos (2010, p. 27), as expressões “quilombos, quilombolas, mocambos ou, mais recentemente, comunidades remanescentes de quilombos são termos cujo significado vem se transformando no tempo e na História”. Ou seja, estas expressões têm assumido diferentes significados de acordo com o contexto histórico. A ideia de quilombo tem sofrido modificações significativas e seu conceito deve acompanhar o tempo histórico a que está associada. Para autora, o pensamento mais corriqueiro, remete o termo quilombo ao significado de refúgio de escravos fugitivos.

Entretanto, autora alerta (2010, p. 28), alerta que “imaginar os quilombos apenas como refúgio de escravos fugitivos não reflete a realidade desses espaços e traduz-se num equívoco oriundo de definições do século XVIII”. A autora cita outros autores que dizem:

(...) quilombo não significa refúgio de escravos fugidos. Trata-se de uma reunião fraterna e livre, com laços de solidariedade e convivência resultante do esforço dos negros escravizados de resgatar sua liberdade e dignidade por meio da fuga do cativo e da organização de uma sociedade livre. Os quilombolas eram homens e mulheres que se recusavam viver sob o regime da escravidão e

Os bantos formam um grupo étnico africano que habitam a região da África ao sul do Deserto do Saara.²



desenvolviam ações de rebeldia e de luta contra esse sistema (Munanga e Gomes, 2007, p. 33).

Em outras palavras, podemos dizer que quilombos são comunidades negras em que se organizaram social e politicamente para se ver livre das atrocidades do sistema de escravidão.

Para Pereira (2012), a ideia de que as comunidades quilombolas constituem um grupo social de isolamento, já está superada. A referida autora argumenta que os quilombos só se mantiveram ao longo do tempo porque interagiram em seu ambiente e também no espaço urbano colonial, produzindo os seus meios de subsistência e comercializando os seus produtos. Isto é, as comunidades quilombolas no decorrer de sua história interagiram com outras comunidades e outros segmentos sociais.

Quando se refere às comunidades quilombolas brasileiras, usualmente, emprega-se o termo “remanescente” que introduz um diferencial importante com relação ao uso do termo “quilombo”, presente na Constituição Brasileira de 1988. Para Arruti (2005, p. 81) *apud* Andrade *et alii* (2010), o que está em questão não é mais as “reminiscências” de antigos quilombos, mas as “comunidades”, ou as organizações sociais. As comunidades quilombolas são na verdade, organizações sociais ou grupos de pessoas que estão tradicionalmente ocupando suas terras, como assegura e determina o artigo 68 da Carta Magna - Constituição Federal de 1988: “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”.

Segundo Carvalho (2011, p. 113-114), o Decreto nº 4.887 de 20 de novembro de 2003 considera remanescentes das comunidades quilombolas com direito a regularização de suas terras, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida. Portanto, para regularização fundiária dos territórios quilombolas, é necessário que as comunidades se auto definam enquanto quilombolas junto a Fundação Cultural Palmares.

Pode-se dizer que as comunidades consideradas hoje como remanescentes de quilombos é resultado dos desdobramentos sociais de conflito de classes, que incluem as fugas com ocupação de terras livres e geralmente isoladas. Há outros processos também como as heranças, doações, recebimento de terras como pagamento de serviços prestados ao Estado, ocupação de terras onde as comunidades trabalhavam e cultivavam



no interior de grandes latifúndios. Estes fatos ocorreram tanto durante a vigência do sistema escravocrata quanto após sua abolição.

Para Schmitt *et ali* (2002), a situação presente dos segmentos negros em diferentes regiões e contextos é utilizado para designar um legado, uma herança cultural e material que lhe confere uma referência presencial no sentimento de ser e pertencer a um território. Podemos afirmar que este sentimento de pertencimento a um grupo e ao território usado como afirma o geógrafo Milton Santos, é uma forma de expressar a identidade étnica e a sua territorialidade, construída a partir de relações sociais com outros grupos sociais com os quais, os quilombolas se confrontam e se relacionam dentro da sociedade capitalista de forma contraditória.

Sabemos que durante o período do modo de produção mercantilista colonial brasileiro, a aristocracia agrária tinha o poder político e econômico que, entre outras coisas, tiveram em suas mãos o domínio social e político dos imigrantes africanos. Tal domínio baseou-se em um processo social de exploração e escravização da mão de obra de imigrantes africanos no Brasil. Os desdobramentos deste modo de produção é o desencadeamento de conflitos sociais e resistências por parte daqueles que são explorados e oprimidos. Lira *et ali* (2013, p. 272) ressalta esta natureza das comunidades quilombolas, afirmando que “O quilombo constitui-se como lugar de conflitos e relevante história desde os primeiros focos de resistência dos africanos ao escravismo colonial”.

COMUNIDADES REMANESCENTES QUILOMBOLA NO TOCANTINS

Desde o período colonial na região norte goiana, as comunidade quilombolas faz se presente. Segundo Lopes (2009), nos séculos XVII e XVIII, o sertão do norte da capitania de Goiás foi devassado por sertanistas, missionários, criadores de gado e aventureiros em busca de ouro. A partir do descobrimento das minas do norte de Goiás, formaram-se os primeiros povoados, nos quais, os negros foram maioria entre os anos de 1780 e 1785.

Dentre os primeiros arraiais no norte goiano, está o atual município de Arraias. Antes de ser povoada pelos mineradores brancos, essa região era núcleo de negros aquilombados. Esses negros eram escravos fugidos de áreas mineradoras de outros arraiais e por esse motivo ela ficou conhecida como Chapada de Negros. Na sua



maioria, os quilombolas do século XVIII eram escravos garimpeiros em fuga que continuaram a praticar seus ofícios escondidos em montanhas remotas, afirma a referida autora.

Para Pereira (2012), foi no século XVIII, período do ciclo da mineração do ouro, que o norte de Goiás foi invadido por missionários jesuítas e bandeirantes paulistas à procura de ouro. À medida que aconteciam enfrentamentos com os povos indígenas e estes se tornavam prisioneiros de guerra, mantinha-se a escravidão negra, mas o trabalho do escravizado indígena também era utilizado.

Os quilombos do século XVIII estavam localizados em Três Barras, Arraias, Meia Ponte, Crixás e Paracatu. Registra-se, ainda, a presença de pelo menos um quilombo na região do Bico do Papagaio, entre os rios Araguaia e Tocantins. Imagina-se que os escravos se escondiam nas densas matas dessa região e ao longo do rio do Sono, onde o quilombo ganhou o nome de Mumbuca, nome indígena de uma espécie de abelha. (Lopes, 2009)

Para Silva Filho (2012, p. 92):

a fundação das vilas na capitania de Goiás foram desdobramentos diretos da própria presença da economia mineradora naquela região e que, em contrapartida, pode-se deduzir que os perfis de suas elites locais, que tomavam assento nas câmaras municipais, eram bem distintos das elites litorâneas, uma vez que para as áreas da mineração se dirigiram aventureiros de toda sorte e espécie, com perfis mais envilecedores.

Fica claro nas palavras do referido autor, que a atividade econômica da mineração durante o período colonial contribuiu para a formação de povoamento na capitania de Goiás. Juntamente com esse processo, as elites locais procuraram construir a sua hegemonia política a partir da manutenção dos assentos nas câmaras municipais. Portanto, potencialmente, poderiam se constituir em uma classe social com domínio político e social no processo de produção baseado na escravatura local.

Para Silva Filho (2012, p. 93), “as primeiras vilas goianas foram fundadas a partir da concentração humana ao redor das minas auríferas” (...) formando um povoamento desordenado, mas capazes de criarem mecanismos básicos de sobrevivência. Formavam-se arraiais com estruturas em potencial para ser elevados à categoria de vilas, com a presença de uma câmara municipal. Para o autor, no Tocantins, as primeiras vilas formal e legalmente criadas na região remontam ao



período imperial brasileiro, com destaque os núcleos urbanos de Paranã, arraiais, natividade, Pontal, Porto real e Monte do Carmo.

Para o autor (...) “é razoável supor que um protocampesinato de origem mestiça e/ou negra começasse a deitar raízes na região norte da capitania de Goiás e o Tocantins colonial (...) com potencialidade uma ampla organização de comunidades negras rurais”. (Silva Filho, 2012, p. 96)

A gradual inserção de escravos em setores de atividades produtivas no Tocantins colonial a partir do processo de decadência da economia mineradora, efetivou, em algum momento do século dezanove, provavelmente a partir do início de sua segunda metade, a fiação definitiva de escravos, forros³ e afrodescendentes em comunidades rurais isoladas, com base em uma economia de subsistência e de abastecimento de pequena monta e troca de produtos com os vilarejos mais próximos. (Silva Filho, 2012, p. 96/97)

Com a decadência da atividade econômica da mineração, as comunidades afrodescendentes procuraram sobreviver a partir de outras atividades como economia de subsistência e o cultivo da agricultura rudimentar. Com isso, a formação de comunidades negras rurais isoladas na região do atual Tocantins adentra o século XX. Os migrantes negros para o Tocantins partiram, sobretudo, da região oeste da Bahia, da região sul do Piauí e da região sul do Maranhão. Para Silva Filho (2012) no Tocantins colonial já se tinha em curso o processo de construção de suas singularidades e especificidades. Nesse processo podemos citar a formação de comunidades quilombolas.

Atualmente, o estado do Tocantins que foi criado em 1988 pela Constituição Federal, e pertencente ao norte goiano, detém muitas comunidades quilombolas. Segundo Carvalho (2011), no ano de 2004 a Fundação Cultural Palmares (FCP) certificou uma comunidade quilombola no Tocantins, a comunidade Lagoa da Pedra no município de Arraias. Em 2005 certificou a comunidade do Mimoso, localizada no município de Arraias, também conhecida como comunidade Kalunga do Mimoso. Em 2006 houve avanços significativos quanto ao número de comunidades quilombolas certificadas pela FCP no estado do Tocantins, chegando a um número de 13 comunidades.

Para a referida autora, no ano de 2008 a comunidade Grotão no município de Filadélfia foi certificada pela FCP. Em 2009 foram certificadas 03 comunidades

Liberto; alforriado, livre de dívidas; desobrigado, que não paga foro.³



quilombolas, e no ano de 2010 foram certificadas 08 comunidades no estado do Tocantins.

De acordo dados da Fundação Cultural Palmares, foram certificadas 27 comunidades quilombolas no Estado do Tocantins pela Fundação Cultural Palmares, a saber: Lagoa da Pedra, Mimoso (Arraias), Barra da Aroeira (Santa Tereza do Tocantins), Cocalinho e Áreas Vizinhas (Santa Fé do Araguaia), Laginha e Áreas Vizinhas, São Joaquim e Áreas Vizinhas (Porto Alegre do Tocantins), Mumbuca e Arredores, Carrapato, Formiga e Ambrosio (Mateiros), Povoado do Prata e Arredores (São Felix do Tocantins), Projeto da Baviera, Pé do Morro (Aragominas), Redenção (Natividade), Chapada da Natividade, São José (Chapada de Natividade), Córrego Fundo, Malhadinha, Curralinho do Pontal, Manoel João (Brejinho de Nazaré), Distrito do Morro São João (Santa Rosa do Tocantins), Grotão (Filadélfia), Mata Grande (Monte do Carmo), Santa Maria das Mangueiras (Dois Irmãos do Tocantins), Dona Juscelina (Muricilândia), Ilha São Vicente (Araguatins), Baião (Almas), Lajeado (Dianópolis), Rio das Almas (Jaú do Tocantins). (Carvalho, 2011, p. 114-115).

Como assegura Carvalho (2011), o Tocantins é uma Unidade Federativa brasileira que há varias comunidades quilombolas já reconhecidas e certificadas. E a tendência é que haja o reconhecimento de mais comunidades remanescentes no estado, é o que esperamos. Na atualidade, os agrupamentos negros denominados Kalungas estão espalhados em um território dividido entre os municípios de Terezina de Goiás, Monte Alegre e Cavalcanti. No Tocantins, os agrupamentos dos Kalungas de Mimoso (localizadas no Vão do Moleque) ocupam uma área de 58 mil hectares, distribuída entre os municípios de Arraias e Paranã, com 13 núcleos residenciais, assegura Lopes (2009).

Segundo a autora, outro dado relevante da comunidade Kalunga aconteceu com a criação do estado do Tocantins, em 1989, que as famílias Kalungas viviam em um imenso território, foram divididas entre os estados de Goiás e Tocantins. A criação de Tocantins foi concomitante ao reconhecimento de Goiás como comunidades negras rurais a partir da aprovação do artigo 68 da Constituição Federal. Esses dois episódios provocaram a divisão da identidade territorial das famílias Kalungas do Mimoso.

Para Lopes (2009), a comunidade Mumbuca no Tocantins, originou-se no final do século XIX e a partir da chegada de duas famílias de negros vindos da Bahia, com o propósito de povoar a região da bacia do rio do Sono. Pires (2006, p. 156) citado pela referida autora afirma que:

(...) os primeiros negros a chegarem a essa região fugiam da seca, procurando terra com bastante água para o plantio. Acreditavam que o Jalapão lhes proporcionaria melhores condições de vida. Os Mumbucas, até a metade do



século XX, eram marcados por um relativo isolamento devido à distância da cidade mais próxima - Porto Nacional -, que se localizava a 400 quilômetros. Depois o local foi se tornando rota de transporte de carga para o Piauí, sertão da Bahia, Ponte Alta e Porto Nacional. Essa comunidade foi formada a partir da miscigenação de negros e índios da região, provavelmente os da nação xerente. Dessa relação - entre índio e negro - surge a principal fonte de renda dessa comunidade: o artesanato capim-dourado. Desde tempos remotos, o capim-dourado é usado como moeda de troca. Hoje, o artesanato de alta qualidade, além de belas cachoeiras, poços de águas cristalinas etc., são referências desse lugar.

A comunidade quilombola Mumbuca atualmente desenvolve o artesanato a partir do capim-dourado, o que contribui para o provimento de muitas famílias da região.

A comunidade quilombola de Barra de Aroeira, que está localizada no município de Santa Tereza do Tocantins e faz divisa com o corredor ecológico do Jalapão. Sua origem data de 1880, quando Dom Pedro II presenteou com terras duas famílias de negros combatentes da guerra do Paraguai. Atualmente suas terras diminuíram muito, sobretudo com a grilagem e a especulação imobiliária. A população é de aproximadamente 180 pessoas, que vivem da agropecuária e do extrativismo. (Lopes, 2009)

As comunidades quilombolas tocaninenses tem as suas especificidades, mas uma coisa que elas tem em comum com as demais do país, são enfrentar as contradições socioterritoriais da sociedade capitalista. As comunidades de Mumbuca, Kalunga e Barra de Aroeira e demais citadas acima defrontaram e defrontam com as contradições sociais resultante da sociedade capitalista e principalmente da aristocracia agrária. No Tocantins, a atividade econômica do agronegócio já esta presente na região e, a tendência é fortalecer e ampliar cada vez mais com o projeto do governo federal denominado de MATOPIBA. Isso significa dizer as lutas e resistências das comunidades é uma situação real e em potencial para o futuro.

A violência é histórica no Brasil. Segundo Oliveira (2007, p.135), “simultaneamente à luta dos povos indígenas, nasceram às lutas dos escravos negros contra os senhores fazendeiros rentistas”. Em outras palavras, podemos dizer que destas lutas de escravos negros, nasceram os quilombos, que podemos chama-los de território da liberdade. Mas, essa luta foi e é sangrenta e continua perdurando, mesmo com o reconhecimento constitucional dos direitos dos quilombolas e até, (...) “Hoje,



tardamente, a sociedade brasileira começou a reconhecer os direitos dos remanescentes de quilombos à terra” como afirma o referido autor.

A Lei Áurea de 13 de maio de 1888 instituiu formalmente a proibição da escravidão, mas o acesso de negros e de negras a direitos de igualdade e cidadania continua até os atuais, um desafio a ser resolvido pelo Estado. Segundo Furtado (2013) com a Abolição da Escravidão em 1888 restaram aos escravizados duas possibilidades: fixarem-se nas periferias urbanas, opção escolhida por muitos ex-escravos urbanos, ou refugiarem-se nas comunidades quilombolas e embrenharem-se na mata atrás de refúgio, opção eleita pela maioria daqueles pertencentes à área rural.

Segundo Almeida (2010, p. 318), em 2009, a Comissão Pastoral da Terra registrou um total de 528 ocorrências de conflitos de terra e 45 de conflitos em torno de recursos hídricos e ainda 415 atos de violências correspondendo a tentativas de assassinatos, ameaças de morte e prisões em territórios de comunidades tradicionais. O referido autor (2010, p. 336) afirma que os dados oficiais a respeito da titulação das terras das comunidades remanescentes de quilombos revelam-se inexpressivos, considerando-se os 22 anos da promulgação da Constituição de 1988, e as reivindicações do movimento quilombola. Há sinais de cerca de 3.000 comunidades. Os números oficiais, que datam de 06 de janeiro de 2010, assinalam 106 títulos em 97 territórios compreendendo 173 comunidades e um total de 11.070 famílias.

Ou seja, ainda temos muito o que esperar e o que falta fazer para amenizar os problemas que afligem as comunidades quilombolas em nosso país é uma resposta ainda por acontecer. Mesmo com os direitos constitucionais assegurados para as comunidades remanescentes quilombolas, o processo de demarcação de terras, por um lado, se transforma em uma luta e desafios entre sujeitos quilombolas e o poder público e os cartórios. Por outro, há a luta entre sujeitos quilombolas e os latifúndios e empresas do agronegócio que, gera conflitos desastrosos. O poder judiciário está a serviço do Estado burguês e a sua firmeza perante aos sujeitos sociais que não dispõem do poder econômico e político nos parece muito frágil.



EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA POLOS DE IPUEIRAS-TO E COMUNIDADE QUILOMBOLA MALHADINHA – BREJINHO DE NAZARE- TO

COMUNIDADE DE MALHADINHA

O curso foi desenvolvido em dois polos, um na Comunidade Quilombola Malhadinha - Brejinho de Nazare-TO e outro em Ipueiras-TO. O curso foi dividido em quatro módulos e ministrados nos dois polos. A Comunidade de Malhadinha está situada no município de Brejinho de Nazaré a aproximadamente 28 quilômetros do centro da cidade. Mas tem ligação com o município de Porto Nacional em função da proximidade geográfica da comunidade. A comunidade está localizada na antiga “Fazenda Malhadinha” ladeada por serras como do Pontal, que divide os municípios de Porto Nacional e Brejinho de Nazaré, e por brejos denominados de “Brejo de Adobes” num trecho. Segundo Andrade *et ali* (2010, p.107) a comunidade é composta de 60 casas que albergam 60 famílias. A origem do nome “Malhadinha” surgiu do lugar onde se criava o gado solto, um lugar no qual o gado dormia “malhada do gado”. Por esse fato, os vaqueiros ao procurar o gado nas madrugadas já sabiam onde encontra-lo.

Tradicionalmente, em função do termo “malhada do gado”, o nome da comunidade obteve o nome de Malhadinha enquanto que o verdadeiro nome é Fazenda São Felipe. Segundo Andrade *et ali* (2010 p. 107) “Uma propriedade doada por um padre ao seu protegido Felício Dias, que por sua vez deixou a herança para as duas filhas, Apolônia e Leandra, que constituíram as famílias que predominam nessa comunidade: os Venceslence, os Araújo Dias e os Pinto Xavier”. A comunidade Quilombola de Malhadinha, teve seu reconhecimento como comunidade remanescente quilombola, pela Fundação Cultural Palmares no ano de 2005.

Na Comunidade Quilombola Malhadinha - Brejinho de Nazare-TO, o curso teve o objetivo de contemplar as lideranças, professores e membros da comunidade. As aulas foram ministradas na comunidade pelo fato de favorecer o acesso dos cursistas ao curso.

POLO DE IPUEIRAS-TO

O polo de Ipueiras-TO situa aproximadamente 60 km do Campus Universitário de Porto Nacional –TO. O curso foi realizado no espaço urbano do município na escola Estadual Felix Camoa com uma turma formada por professores da região e membros da



Comunidade Quilombola do Morro São João. A comunidade está situada há 20 km do município de Santa Rosa.

Segundo Andrade *et ali* (2010 p. 106) a comunidade de Morro São João é composta por 60 famílias com um total de 270 pessoas. Segundo a autora “relatos dos seus moradores, por volta de 1890, o padre Bernadinho, vindo de Goiás Velho para a Comarca de Natividade visitando as terras da igreja, trouxe consigo uma escrava chamada Pelônia com a qual mantinha um caso amoroso”. Dessa relação nasceu um filho chamado Vitor de Sena Ferreira. De volta para Goiás, o Padre cedeu parte das terras ao seu filho. A maioria da população do Morro São João é descendente do Vitor Sena Ferreira.

A realização do curso nessa comunidade teve como objetivo explicitar e colocar ao conhecimento dos cursistas os temas relevantes sobre a cultura e historia afrodescendente brasileira e, contribuir para a formação e aprimoramento do conhecimento para os lideres quilombolas.

OBJETIVOS

Dentro de nossa plataforma de proposta didático-pedagógica foi garantir que os conteúdos e a metodologia de ensino usada na formação dos professores possam oportunizar aos cursistas a elaboração de projetos de intervenção didático-pedagógica de intervenção na realidade. A partir do módulo, *Projetos sociais para a produção na comunidade remanescente de quilombo “malhadinha” - Brejinho de Nazaré - Tocantins: um estudo de caso*, propomos aos cursistas a compreensão e elaboração de um Projeto Político Pedagógico condizente com a realidade dos alunos das escolas e das comunidades quilombolas.

A proposta do curso foi também estimular a elaboração de projetos para intervenção nas escolas quilombolas com a finalidade de levar aos professores/quilombolas a criar mecanismos para maior integração entre a escola, a comunidade e os movimentos sociais. O objetivo é fomentar a participação coletiva, onde docentes, gestores/as, pedagogos/as e estudantes dialoguem com as lideranças quilombolas, pessoas da comunidade.

Demonstrar aos professores e lideranças quilombolas envolvidos no curso, a necessidade de traduzir e transformar as condições históricas e culturais vividas pela comunidade em currículo para a escola e em materiais didáticos. O curso foi estruturado



de forma que garanta a execução dos conteúdos e a metodologia de ensino usada na formação dos professores e, que possam oportunizar aos cursistas a elaboração de intervenção didático-pedagógica.

Debatemos e analisamos os aspectos gerais apontados nas Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica, bem como os pressupostos explicitados nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola DCNEEQ. De acordo com a DCNEEQ a educação quilombola deve ser desenvolvida em unidades educacionais inscritas em suas terras e cultura, requerendo pedagogia própria em respeito à especificidade étnico-cultural de cada comunidade e formação específica de seu quadro docente, observados os princípios constitucionais.

METODOLOGIA

O curso foi ministrado a partir de aulas expositivas divididas em quatro módulos. As aulas foram auxiliadas com textos e análises que propiciem, além da reflexão acerca do tema abordado, e que ofereça mecanismos e ferramentas para os professores aplicarem em suas disciplinas, no cotidiano da sala de aula. Também trabalhamos com seminários temáticos, visando à exposição de ideias, dúvidas e colaborações.

Desenvolveu também atividades pedagógicas a partir da elaboração de projeto para intervenção nas escolas quilombolas com a finalidade de levar aos professores/quilombolas e cursistas criar mecanismos para maior integração entre a escola, a comunidade e os movimentos sociais com o objetivo de fomentar a participação coletiva, onde docentes, gestores, pedagogos e estudantes dialoguem com as lideranças quilombolas e pessoas da comunidade. O curso foi estruturado de acordo com a execução dos conteúdos e a metodologia de ensino usada na formação dos professores, possam oportunizar aos cursistas a elaboração de intervenção didático-pedagógica por meio da elaboração de um Projeto Político Pedagógico condizente com a realidade dos alunos, das escolas e da comunidade.

Foram utilizados instrumentos (vídeos, documentários e filmes) mais eficazes para fomentar o processo ensino-aprendizagem tais como o Data Show que pode ilustrar os conteúdos ministrados de forma compreensível para os cursistas. Os professores fizeram trabalhos de grupo para estimular e motivar o interesse dos cursistas em relação



ao conteúdo trabalhado. As manifestações culturais afrodescendentes foram ilustradas e debatidas através de textos, fotos e vídeos.

EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA

A discussão acadêmica dos temas sobre quilombos já há algum tempo principalmente nas áreas das ciências humanas e sociais aplicadas. É um tema de interesse contínuo dos campos da História, Antropologia, Geografia, Sociologia e Política, mas a sua amplitude também recai sobre Educação. Os conceitos teórico-metodológicos que envolvem os temas ligados ao quilombo é um assunto de interesse da academia e da pesquisa científica. Nós professores da academia que pesquisamos e estudamos temas ligados as ciências sociais ao mesmo tempo em que somos um cientista social, somos também um cientista e ator político, um cidadão que não pode deixar de lado a nossa responsabilidade cívica.

No Brasil, as comunidades remanescentes quilombola tem seus direitos assegurados constitucionalmente a partir de 1988. Com a Constituição Federal de 1988, a democracia, a cidadania, os direitos fundamentais constitucionais foram assegurados à população brasileira. Dentre estes direitos estão presentes os referentes à educação e, sobretudo, ao acesso ao conhecimento. A constituição de 1988 exigiu que o Estado brasileiro assegurasse os direitos das comunidades quilombolas a terra, a educação e a cidadania. Pela primeira vez o Estado reconhece os quilombos como grupo étnico e racial componente da nacionalidade brasileira.

Em 2003, o Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a alteração da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 e criou a Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”. A Lei 10.639/2003 aprovada impõe aos gestores públicos estaduais, federais e municipais a inclusão dos temas sobre a história e a cultura afrodescendente brasileira na grade curricular de ensino das escolas.

A referida lei em seu Art. 26A e nos parágrafos 1º e 2º asseguram que:

Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira. § 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra



brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil. § 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

Em seu Art. 79-B estabelece que “o calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como Dia Nacional da Consciência Negra”. Dessa forma, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, determina, nos estabelecimentos de ensinos fundamental e médio, a obrigatoriedade do ensino de História e da Cultura Afro-brasileiras. Ao regulamentar a aplicação desta Lei, o Parecer nº CNE/CP 003/2004 (Resolução Nº 1, de 17 de junho de 2004) do Conselho Nacional de Educação, estabelece que a relevância do estudo de temas decorrentes da história e cultura afro-brasileiras e africanas não se restringe à população negra, ao contrário, diz respeito a todos os brasileiros, pois temos que construir cidadãos atuantes no seio de uma sociedade multicultural e pluri-étnica.

No estado do Tocantins as políticas voltadas comunidades remanescentes quilombolas são ampliadas com a criação do Decreto, de nº 2.483, de 26 de julho de 2005, que instituiu o Comitê Estadual Gestor do Programa Brasil Quilombola e Comunidades Tradicionais no Estado do Tocantins, anexo à Secretaria de Cidadania e Justiça, buscando direcionar políticas públicas às Comunidades Quilombolas existentes no Estado, (Lira *et ali*, 2013).

Foi a partir deste pressuposto constitucional, do respaldo legal da Lei 10.639/2003 e do Decreto 2.483/2005 que o Ministério da Educação e Cultura em parceria com a Universidade Federal do Tocantins e o curso de Geografia do campus Universitário de Porto Nacional-TO propôs e executou o curso - *Educação Escolar Quilombola - O Uso Pedagógico dos Recursos de Tecnologia Assistiva – território e cultura quilombola* durante os anos de 2014 e 2015. O curso totalizou em 200 horas, sendo 160 horas teóricas presenciais e 40 horas trabalhadas com projeto *Projetos sociais para a produção na comunidade remanescente de quilombo “malhadinha” - Brejinho de Nazaré - Tocantins: um estudo de caso* executado pelos professores José Pedro Cabrera Cabral e Fernanda Beirão. Estas 40 horas foram destinadas ao desenvolvimento de projetos de intervenção nas comunidades quilombolas.

A nossa proposta com a realização do curso foi fomentar o ensino e a educação básica, voltados para uma perspectiva pedagógica e prática sobre educação quilombola. Potencializar o fortalecimento das habilidades e competências voltadas para o ensino a



partir da educação quilombola, com a perspectiva de incluir na formação básica conhecimentos culturais sobre as comunidades remanescentes de quilombos. Instituir um processo de formação continuada de professores que atuam nas comunidades. Permitir aos professores quilombolas criar mecanismos para maior integração entre a escola, a comunidade e os movimentos sociais para fomentar a participação coletiva. Criar condições pedagógicas em que os cursistas compreendem que a sociedade é formada por pessoas que pertencem a grupos étnico-raciais distintos e que possuem cultura e história próprias.

Com esta proposta pedagógica sobre a educação quilombola a intenção foi de refletir e estudar sobre parte da história dos remanescentes de quilombos no Brasil. E especialmente aos professores e às professoras que, em sua realidade escolar, tem proximidades com as heranças históricas e culturais das comunidades quilombolas rurais e urbanas do Estado do Tocantins.

E contribuir para o cumprimento do que determina a legislação - “O estudo da História da África e dos africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política, pertencentes à História do Brasil”, (§ 1º, artigo 26 A da LDB, citado por Schumacher, 2005). E, sobretudo para a efetivação de dois olhares: um olhar enriquecedor das comunidades tocantinenses sobre si mesmas, da recuperação de sua história, dos seus valores, de sua resistência, e outro do corpo docente escolar (professores e cursistas) sobre as comunidades quilombolas.

A justificativa de execução desta proposta encontrou respaldo nas políticas educacionais da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação – SECADI/MEC e da Universidade Federal de Tocantins. Para realização deste propósito tivemos o apoio da UFT/FNDE/SECADI/MEC. A SECADI/MEC implantou uma Política de Educação sobre a História e Cultura Afro-brasileira e Africana de Promoção da Igualdade Racial na Escola, com objetivo de assegurar condições para a efetivação do direito à educação aos professores, conforme Declaração sobre os Direitos Humanos. A realização do curso em Tocantins foi uma forma de executar essa política implementada pela SECADI/MEC.

EXPERIÊNCIAS, PESQUISAS E VIVÊNCIAS



As nossas experiências, pesquisas e vivências com as comunidades quilombolas e cursistas com a realização do curso necessariamente foram adquiridas a partir dos conteúdos trabalhados nos módulos nos dois polos – de Ipueiras e Comunidade Quilombola Malhadinha. E pelo contato direto com os membros das comunidades e dos cursistas. Com a atuação dos trabalhos da equipe coordenadora (coordenador, supervisor e formador) e entre a equipe pedagógica (professores-pesquisador, supervisor, formador e tutores) desde a elaboração da proposta do projeto, a execução do curso.

Entre outras atividades que nos permitiu acumular experiências e vivência com os cursistas foram às atividades pedagógicas dos tutores através do acompanhamento dos cursistas nas aulas presenciais. Com as atividades pedagógicas e administrativas do coordenador-adjunto a partir de encontros pedagógicos juntamente com a equipe para o planejamento das ações e atividades com a equipe pedagógica e coordenadora. As atividades e ações do formador de avaliação das atividades de formação e organização de conteúdos, acompanhamento e auxílio na execução das atividades dos professores e tutores; acompanhamento, avaliação e orientação compartilhada com os tutores e professores, potencializaram as nossas experiências e vivências com as comunidades quilombolas.

Outras atividades e ações pedagógicas contribuíram para a construção de experiências e vivências com as comunidades quilombolas. As atividades e ações do supervisor de curso a partir do acompanhamento e apoio sobre as atividades desenvolvidas dos professores e tutores. Supervisão e orientação da equipe de tutores (quatro tutores) das atividades em relação aos conteúdos das disciplinas ministrada nos polos. As atividades e ações do professor-pesquisador a partir da execução de atividades pedagógica e didáticas (planejamento e execução de aulas, conteúdos, materiais didáticos, mídias e bibliografia) executadas no curso.

Por um lado, essas atividades e ações pedagógicas da equipe coordenadora e pedagógica contribuíram de forma satisfatória para acúmulo de experiências e a vivência juntamente com as comunidades quilombolas. Por outro, tivemos o debate e o trabalho de conteúdos desde a elaboração de apostilas, dos conceitos teórico-metodológicos e os módulos e, sobretudo, os conteúdos trabalhados e debatidos e problematizado durante as aulas ministradas pelos professores nos polos (Ipueiras e Comunidade Quilombola Malhadinha) que contribuíram para a pesquisa empírica e



teórica do curso. Para isso, os módulos trabalhados e ministrados pelos professores foram fundamentais para propiciar a produção do conhecimento a partir do conteúdo trabalhado.

O módulo, *metodologias de pesquisas em quilombos/comunidades remanescentes de quilombos*, ministrado pelo professor Ariel Nascimento delineou conceitos teóricos e metodológicos com o foco de que toda pesquisa possui um método e, que este seja pensado segundo as realidades locais de cada comunidade. Como todo método de pesquisa implica um certo conhecimento ou pensamento cartesiano, a ideia é iniciar as abordagens metodológicas através da elaboração e discussão de projetos.

A intenção não é apresentar ou conceber projetos científicos, mas, antes de qualquer coisa, fixar o conceito projeto como uma forma de pensar a realidade vivida, demonstrando como é possível, através do método científico, conceber um projeto transformador das realidades que se apresentam na dinâmica do sistema endógeno nas comunidades quilombolas. Dentro do conteúdo do projeto transformador, o conceito de educação libertaria e a prática do pensar como emancipação social foi tema bastante debatido durante a execução do módulo.

O módulo *seminário temático* ministrado pela professora Maiara Muniz trabalhou com o tema - cultura e pesquisa em comunidades quilombolas do Tocantins é resultado de um conjunto de aulas organizado dentro de sua proposta de trabalho, em concordância com a lei 10.639/03. O conteúdo trabalhado debateu e analisou a difusão da história e da cultura afro-brasileira nas escolas da educação básica. O objetivo foi contribuir para a formação e aperfeiçoamento de professores, líderes e gestores de comunidades e escolas.

Delineou uma discussão teórica sobre a cultura e costumes sob a luz de E. P. Thompson. A ideia foi debater as manifestações culturais das comunidades tradicionais atuais, ligado a uma busca de sentido na sociedade contemporânea não relacionada apenas a economia, mas também ao respeito ao ambiente e às tradições. Outro conceito abordado foi o catolicismo popular, em seu caráter religioso com foco nas festas realizadas entre os quilombolas, bem como de sua própria formação, dada a ligação entre a religião católica e a manutenção da escravidão no período colonial. As fotos a seguir ilustram as manifestações populares e católicas no Tocantins.

Em um segundo momento, foi abordado, temas como educação escolar quilombola, a chegada da tecnologia às comunidades e a mudança de quilombolas para



as cidades. Abordou também situações sobre a transição pelo qual passam os membros das comunidades, em virtude do reconhecimento como quilombolas.

Figura 1. Dança da Roda de São Gonçalo⁴



Fonte: Émerson Silva

Figura 2. Altar⁵



Fonte: Émerson Silva

Figura 3. Sússia, súcia ou suça⁶



Fonte: Tharson Lopes

⁴ Essa dança é realizada na comunidade quilombola Lagoa da Pedra (Arraias-TO) formada por 30 famílias e ocupa uma área de cerca de 80 alqueires.

⁵ Símbolo muito forte no seio cultura católico.

⁶ Sússia, súcia ou suça é o nome dado a uma dança, bem como ao ritmo, presentes nas comunidades tradicionais de todo o estado do Tocantins.



O módulo - *território e cultura de quilombos*, ministrado pelo professor Elizeu Ribeiro Lira debateu a temas como abordagem sobre os conceitos de território e cultura na perspectiva da história social dos quilombos no Brasil. Significação das práticas e processos de resistências no território, que resultaram nas comunidades remanescentes de quilombos, suas tradições e rituais. Tica. Dentro desta temática abordou aspectos territoriais, culturais e étnico-culturais do grupo de congos da comunidade açude no município de Santa Rosa-TO, analisou as representações culturais do grupo de Congo da comunidade Açude como um espaço de resistência em comunidades tradicionais afrodescendentes do Tocantins, com vista a entender como se desenvolve as manifestações culturais e o modo de produção cultural na comunidade.

Procurou-se elucidar as origens dos Congos da comunidade através de seus costumes e manifestações culturais; os credos e a religiosidade e quais suas relações com as ancestralidades africanas a partir dos rituais dos Congos. Analisou os fragmentos de artes africanas da comunidade através dos ritmos das músicas e das danças dos Congos, o processo de inserção da comunidade no mundo urbano e a situação fundiária do território atual e imemorial da comunidade afro descendente Açude. As fotos a seguir ilustram as manifestações culturais comunidade de Açude em Santa Rosa-TO.

Figura 4. Ritual dos Congos no cemitério localizado na comunidade Açude em Santa Rosa – TO



Fonte: Valdina Gomes de Almeida, 2012

Figura 4. Grupo de Congo Liderado pelo Sr. Durvigio o Rei dos Congos na comunidade



Fonte: Valdina Gomes de Almeida, 2012.

Figura 5. Dança Suça, dançada pela Comunidade pelos Congos da Comunidade de Açude do município Santa Rosa – TO



Fonte: Valdina Gomes de Almeida, 2012.

Figura 6. Comidas oferecidas pelos congos da comunidade Açude no município Santa Rosa - TO.



Fonte: Valdina Gomes de Almeida, 2012.



O módulo - *abordagens pedagógicas para a educação quilombola* ministrada pelo professor Wilson Pereira dos Santos procurou abordar sobre os temas transversais que constam na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (10.639/03) e nos PCNs, confrontando com as realidades diárias das escolas e com o cotidiano dos professores da rede pública de ensino. A ideia foi debater e compreender a Educação Escolar Quilombola a partir do diálogo entre os conhecimentos tradicionais da comunicação com o global, o nacional, o regional e o local. Destacando temas como a cultura, a religiosidade, as tradições, a oralidade, a memória, a ancestralidade, o mundo do trabalho, o etno-desenvolvimento, a estética, as lutas pela terra e pelo território.

Explicitou temas como escravidão do negro no Brasil e a formação dos quilombos históricos e, mais recentemente os conflitos e questões fundiárias envolvendo as Comunidades Remanescentes de Quilombos. Nesse sentido, expôs-se que a história e a formação dos quilombos no Brasil remota ao período colonial brasileiro que utilizou, em grande escala, a mão-de-obra escrava negra. Os quilombos foram resultados da luta dos cativos pela liberdade, considerado o êxito da resistência das pessoas escravizadas. A resistência escrava era ocasionada pela condição de escravo dos negros e, principalmente, pelos castigos e privações que sofriam. Durante o longo período escravista ocorrido no Brasil, a violência foi uma das características mais marcantes desse sistema socioeconômico.

Dentro da proposta de trabalho teve interesse de debater outros temas como a luta histórica pela terra dos povos remanescentes de quilombolas que, desde os primórdios da escravidão negra no Brasil, veem lutando incansavelmente por liberdade e por terras. Aprofundou-se mais na luta por direitos e reconhecimentos das suas terras a partir da promulgação da Constituição Federal do Brasil de 1988. Nesse sentido, abordou-se como é feito todo o processo de reconhecimento e definição dos povos remanescentes de quilombos.

No processo de reconhecimento e demarcação de territórios das comunidades remanescentes quilombolas passa necessariamente pela auto-dominação. Assim, as comunidades remanescentes de quilombolas devem ser entendidas como populações negras que vivem no meio rural e se auto-identificam como Comunidades Negras Rurais, Terras de Preto, Quilombolas, Mocambos e outras designações correlatas. Se autodefinem a partir das relações com a terra, o parentesco, o território, a ancestralidade, as tradições e práticas culturais próprias.



Nesse sentido, é a própria comunidade que se autorreconhece como “remanescente de quilombo” sendo, também, um segmento da população negra brasileira marcada pela resistência, organização e, principalmente, pela luta em defesa de direitos sagrados: Terra, Liberdade, Cidadania e Igualdade. Ao longo da sua trajetória, no Brasil, esse segmento resistiu de várias formas a um processo constante de tentativas de retirar seus direitos enquanto cidadãos, sendo que a principal delas ameaça os próprios territórios em que efetivamente moram e trabalham como afirma Almeida (2002).

O módulo - *construção de projetos de intervenção pedagógica* ministrado pelo professor José Pedro Cabreira Cabral, abordou sobre a implementação de projetos sociais com foco no apoio a produção no meio rural. O tema tem sido tratado nos últimos anos como uma forma de apoiar o desenvolvimento local nas diversas regiões do país, particularmente, e com maior ênfase, quando essas regiões se encontram no Norte e Nordeste do Brasil, caracterizada por uma forte e marcada situação de vulnerabilidade social.

Tanto no meio governamental em suas diversas esferas, como no meio acadêmico não se travou ainda debates que questionem a efetividade de um surtido emaranhado de projetos sociais financiados por diversas instituições. A questão se centra em que na maioria das vezes, as ações executadas se direcionam desde políticas públicas que o Estado terceiriza com uma infinidade de “instituições sem fim lucrativo”. O problema reside, em primeiro lugar, na ausência do Estado como responsável por essas políticas públicas e, em segundo lugar, que essas instituições nem sempre apresentam “vocação para a tarefa”. A desarticulação entre as propostas e, principalmente, a descontinuidade das a oes torna-se, o cenário ainda mais caótico e vulnerável.

Não   possível continuar desenvolvendo projetos sem que as institui oes estejam articuladas com efetivas políticas públicas direcionadas as popula oes mais vulneráveis socialmente. Torna-se de extrema urgência compreender que as popula oes tradicionais e camponesas não são uma única categoria que permita totaliza oes e unifica o de políticas voltadas a suas necessidades visto que cada uma possui particularidades singulares que não podem ser reaplicadas a todas. Na maioria das comunidades



remanescentes de quilombo⁷ do estado de Tocantins, o poder público realiza inúmeras ações, programas e projetos com o viés de contribuir com a melhoria da produção e a melhoria da qualidade de vida de seus integrantes. O problema é que estas comunidades praticamente sem exceções continuam em situação de vulnerabilidade extrema e permanente.

Juntamente com as atividades pedagógicas de ensino-aprendizagem durante as aulas ministradas nos módulos e os trabalhos de seminários foram debatidos temas com a promoção da formação continuada de professores da rede pública de ensino. Considerando as demandas de professores de ensino básico da rede pública, surge a necessidade de sua formação e capacitação, sobretudo, de temas que abordem a diversidade. Procurou-se debater os critérios das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola que tem o objetivo de potencializar a formação continuada de professores que atuam nas comunidades remanescentes de quilombos.

Temos que compreender que, a Educação Escolar Quilombola, por um lado, precisa levar em consideração do diálogo entre os conhecimentos tradicionais da comunicação e o global, o nacional, o regional e o local. Por outro, visualizar o conhecimento ao longo das suas etapas e modalidades a partir da cultura, das tradições, da oralidade, da memória, da ancestralidade, do mundo do trabalho, do etno-desenvolvimento, da estética, das lutas pela terra e pelo território. Orientar os processos de construção de instrumentos normativos dos sistemas de ensino visando garantir a Educação Escolar Quilombola nas diferentes etapas e modalidades respeitando as suas especificidades.

E assegurar que as escolas quilombolas e as escolas que atendem estudantes oriundos dos territórios quilombolas considerem as práticas socioculturais, políticas e econômicas de suas comunidades, bem como os seus processos próprios de ensino-aprendizagem e as suas formas de produção e de conhecimento tecnológico. Estabelecer ações que assegurem a formação de novas lideranças capazes de levar adiante os interesses sociais, culturais e políticos dos quilombos até as comunidades.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Até 2014 eram 29 comunidades reconhecidas pela Fundação Palmares no estado.⁷



A equipe coordenadora e pedagógica fizeram um trabalho fecundo para o processo ensino-aprendizagem nas comunidades polos do curso. Foi possível colher os frutos previstos na proposta inicial do projeto. A realidade encontrada pela equipe demonstrou interesse e motivação para execução e oportunizar o conhecimento teórico e empírico proposto pelo projeto durante toda a execução do projeto. Através do projeto, as experiências práticas foram confrontadas com o saber teórico e empírico com as comunidades envolvidas no curso.

Constatou-se que a Universidade rompeu os seus muros e cumpriu a sua missão institucional de interagir com a sociedade e comunidades locais. Os professores pesquisadores procuraram fomentar o debate e os esclarecimentos sobre os direitos quilombolas, assegurados na Constituição Federal Brasileira de 1988, que preconiza o direito à dignidade da pessoa humana, a cooperação entre os povos e etnias. A participação e motivação dos cursistas nas disciplinas ministradas é algo que foi possível constatar.

Do ponto de vista de alcançar os avanços e impactos do curso, procurou trilhar os critérios do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Universidade Federal do Tocantins (UFT). O PDI que propõe condições para execução de projetos de extensão que envolvem comunidades tenham acesso às informações científicas, tecnológicas e culturais, cooperando com a construção de novos conhecimentos e com a integração da universidade com a sociedade em geral. Ou seja, no Tocantins a integração dos Planos de Desenvolvimento Institucional - PDI com as instituições de educação superior e da educação básica é ampliada.

A partir desse pressuposto, estabelecemos metas de ações e impactos do projeto às comunidades envolvidas no curso. Entre as quais, foi possível construir a partir dos trabalhos da equipe pedagógica e de coordenação: fortalecimento do trabalho de educação de jovens e adultos das comunidades quilombolas envolvidas; articulação entre a universidade e comunidades quilombolas envolvidas de Malhadinha e do polo de Ipueiras com maior participação de docentes e discentes nas atividades de extensão; foi possível criar condições de oportunidades para alunos se vincularem as pesquisas desenvolvidas por docentes do quadro do curso de Geografia do campus de Porto Nacional.

Conseguimos construir um terreno fértil para a elaboração e promoção de debates instrumentais teóricos e metodológicos de forma interdisciplinar para os alunos



quilombolas; aprofundar as pesquisas na área da ciência geográfica na Universidade Federal do Tocantins sobre a cultura e territorialidades quilombolas no estado do Tocantins; ampliar e aprofundar o debate teórico e metodológico sobre os conceitos de território e cultura na história social dos quilombos no Brasil. Aprimorar o conhecimento dos cursistas envolvidos no curso sobre a educação quilombola e diálogo entre os conhecimentos tradicionais, global, nacional, regional e o local; sobre a educação quilombola e etno-desenvolvimento e, sobretudo, estimular o debate e compreensão sobre território e cultura das comunidades remanescentes de quilombos no Tocantins.

Tivemos algumas dificuldades em função do atraso do pagamento das bolsas, o que acarretou o replanejamento das atividades do curso e atraso no cumprimento do calendário. Na realização das inscrições dos cursistas tivemos dificuldades em abordar os interessados. Tivemos que ter muita paciência para localizar os cursistas nos mais diversos lugares. Foi necessário visitar casa por casa nas comunidades e contar com a boa vontade dos tutores para formar a turma e cumprir a meta. Mesmo com dificuldades para realização e execução do curso, pretendemos continuar a fomentar outros projetos da mesma natureza. Foi uma experiência muito proveitosa e valiosa contribuir e trabalhar com os cursistas quilombolas juntamente com o apoio do Ministério da Educação e Cultura, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, Universidade Federal de Tocantins, da Fundação de Apoio Científico e Tecnológico do Tocantins e da Pro-Reitoria de Extensão.

Quanto aos impactos iniciais do curso na Universidade Federal do Tocantins e na comunidade para nós, foi colocar a universidade em contato com as comunidades quilombolas e integração da comunidade acadêmica da pesquisa e extensão com as comunidades quilombolas do Tocantins. Em um primeiro momento foi possível construir um vínculo entre a comunidade acadêmica (professores, técnicos e pesquisadores) com as comunidades afrodescendentes. Este fato conduziu a Universidade além de desempenhar o seu papel de propagação, de difusão e da construção do conhecimento, permitiu também desempenhar a sua responsabilidade social com a sociedade civil ao trabalhar e construir uma parceria com as comunidades locais e movimentos sociais do Tocantins.

Tivemos outros impactos considerando os critérios do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Universidade Federal do Tocantins (UFT) que



propõe condições para as comunidades envolvidas em projeto de extensão, necessariamente, tenham acesso ao conhecimento científico, tecnológico e cultural, e, sobretudo, construa uma integração da universidade com a sociedade em geral. Perante, a esses pressupostos do PDI-TO, foi possível concluir ações e metas estabelecidas no projeto do curso.

Entre as quais, podemos apresentar: fortalecimento do trabalho de educação de jovens e adultos das comunidades quilombolas envolvidas; articulação entre a universidade e comunidades quilombolas envolvidas em projetos de extensão e maior participação de docentes e discentes nas atividades de extensão; criar condições de oportunidades para alunos quilombolas se vincularem as pesquisas desenvolvidas por docentes do quadro do curso de Geografia do campus de Porto Nacional; elaborar e debater instrumentais teóricos e metodológicos da área de geografia para os alunos quilombolas; aprofundar as pesquisas em geografia na UFT sobre a cultura e territorialidades quilombolas no estado do Tocantins; ampliar e aprofundar o debate teórico e metodológico sobre os conceitos de território e cultura na história social dos quilombos no Brasil, educação quilombola e etnodesenvolvimento; publicar um livro de toda produção resultante dos encontros, das aulas, trocas de experiências com a equipe e as comunidades e cursistas durante a realização do curso.

Concluimos que a realidade encontrada pela equipe demonstrou interesse e motivação para execução e oportunizar o conhecimento teórico e empírico e conviver experiências práticas que foram confrontadas com o saber teórico e empírico com as comunidades quilombolas e cursistas. Constatamos que a Universidade Federal do Tocantins ultrapassou os seus muros e cumpriu a sua missão institucional de interagir com a sociedade e comunidades quilombolas. Fomentamos o debate e os esclarecimentos sobre os direitos quilombolas, assegurados na Constituição Federal Brasileira de 1988, que preconiza o direito à dignidade da pessoa humana, a cooperação entre os povos e etnias. A participação e motivação dos cursistas nas disciplinas ministradas é algo que foi possível constatar.

REFERENCIAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *Terras de Preto no Maranhão: Quebrando o Mito do Isolamento*. São Luis – MA: Coleção Negro Cosme- vol. III, 2002.

_____. Territórios quilombolas e conflitos: comentários sobre povos e comunidades tradicionais atingidos por conflitos de terra e atos de violência no decorrer de 2009. In:



ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. (Orgs). [et al]. *Cadernos de debates Nova Cartografia Social: Territórios quilombolas e conflitos*. Manaus: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, UEA Edições, 2010.

ANDRADE, Karylleila dos Santos; ESTEVES, Francisco Patrício; LIMA, Sibéria Salles Queiroz de. Perfil sociolinguístico e socioeconômico das comunidades remanescentes de quilombolas do estado do Tocantins: considerações iniciais. *Entre Letras*. Revista do Curso de Mestrado em Ensino de Língua e Literatura da UFT. Vol.01, nº 1, 2010/II.

ARRUTI, José Maurício. *Mocambo: antropologia e História do processo de formação quilombola*. Florianópolis: EDUSC. 2005.

CARVALHO, Gildene Soares. Regularização fundiária dos territórios quilombolas: direito a propriedade, titulação e permanência na terra da população negra do estado do Tocantins. *Escritas*. Vol.3 (2011) pp. 103-119.

FURTADO, Marcella Brasil. *Cultura, identidade e subjetividade em uma comunidade quilombola: uma etnografia na comunidade Kalunga*. Dissertação (Mestrado em Psicologia) Instituto de Psicologia em Desenvolvimento Humano e Educação da Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

LIRA, Elizeu Ribeiro; VALADARES, Aniel R. Aspectos socioculturais e econômicos da comunidade afrodescendente São Joaquim, no município de Porto Alegre-TO. In: SANTOS, Roberto de Souza; LIRA, Elizeu Ribeiro; CALAÇA, Manoel; CHAVEIRO, Eguimar Felício. (Orgs.). *Território e diversidade territorial no cerrado: cidades, projetos regionais e comunidades tradicionais*. Goiânia-GO, Kelps, 2013.

LOPES, Helena (et al). *Negro e cultura negra no Brasil*. Rio de Janeiro: UNIBRADE/UNESCO, 1987.

LOPES, Maria Aparecida de Oliveira. Experiências históricas dos quilombolas no Tocantins: organização, resistência e identidades. *Revista Patrimônio e Memória*. UNESP – FCLAs – CEDAP, v. 5, n.1, p. 99-118 - out. 2009

MUNANGA, Kabenguele; GOMES, Nilma Lino. *O negro no Brasil de hoje*. São Paulo, Global, 2007.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. *Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária*. São Paulo: Labur Edições, 2007.

PEREIRA, Ana Lúcia. *Famílias Quilombolas: história, resistência e luta contra a vulnerabilidade social, insegurança alimentar e nutricional na Comunidade Mumbuca – Estado do Tocantins*. Tese (Doutorado em Sociologia) Curso de Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista de Araraquara-SP, 2012.

PIRES, Antonio Liberac Simões. Notas etnográficas sobre as comunidades negras rurais do Tocantins. In: PIRES, Antonio Liberac Simões; OLIVEIRA, Rosy. *Sociabilidades negras, comunidades remanescentes, escravidão e cultura*. Belo Horizonte: Daliana, 2006.

SANTOS Maria Walburga dos. *Saberes da terra: o lúdico em Bombas, uma comunidade quilombola (estudo de caso etnográfico)*. Tese (Doutorado em Educação) Curso de Pós-graduação Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 2010.



SCHMITT Alessandra; TURATTI, Maria Cecília Manzoli; CARVALHO, Maria Celina Pereira de. A atualização do conceito de quilombo: identidade e território nas definições teóricas. *Ambiente & Sociedade* - Ano V - N° 10 - 1° Semestre de 2002.

SCHUMAHER, Schuma, *Quilombos* - Espaço de resistência de homens e mulheres negros. Editora MEC/SECAD, Brasília: 2005.

SILVA FILHO, Geraldo. Tênuas fronteiras: escravidão, economia e sociedade no Tocantins colonial. In: SILVA FILHO, Geraldo; SANTOS, Roberto Souza (Orgs.). *Ensaio de Geografia e História do Tocantins: para uma interpretação crítica*. Palmas-TO: Nagô Editora, 2012.

Recebido em outubro de 2015
Aprovado em janeiro de 2016